

NORMAS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO ITAL

A Comissão de Atribuições de Bolsas (CAB) do Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (PPG-ITAL), no âmbito de suas atribuições, estabelece as normas para concessão de bolsas.

1. O aluno deverá ter dedicação exclusiva ao PPG-ITAL, e não deverá ter vínculo empregatício de qualquer natureza, com exceção daquela permitida pela Portaria Conjunta nº1 da CAPES, de 15 de julho de 2010.

1.1. A exceção acima referida será implementada pelo PPG-ITAL a pedido do aluno e, obrigatoriamente, acompanhada da apresentação de ofício assinado pelo orientador, no qual expresse estar de acordo com esta solicitação, e ciente de todos os termos da referida Portaria;

2. O aluno deverá residir na Região Metropolitana de Campinas (Campinas, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Santo Antônio da Posse, Holambra, Cosmópolis, Jaguariúna, Pedreira, Paulínia, Americana, Santa Barbara d'Oeste, Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Monte Mor, Indaiatuba, Morungaba, Vinhedo, Valinhos e Itatiba).

3. As cotas de bolsas serão distribuídas de acordo com a disponibilidade do PPG, atendendo à ordem de ano de ingresso e de classificação no exame de seleção, iniciando-se pelas cotas da Capes, e na sequência, demais bolsas que possam ser disponibilizadas.

4. Os bolsistas que receberem nota inferior a B, em qualquer disciplina, perderão o direito ao usufruto da bolsa caso tenham sido agraciados com a cota, ou perderão o direito a esta, caso estejam no aguardo da cota.

5. O trancamento ou desligamento do curso implica a perda automática da bolsa. Em caso de reingresso, o aluno poderá pleitear nova bolsa, desde que obedecidos os itens de 1 a 4 desta norma.

6. Os alunos agraciados poderão usufruir de bolsa por período de até 24 meses, contando da data de matrícula no curso.

NORMAS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DO ITAL

7. Não haverá concessão de bolsa após o término do prazo regular de integralização (24 meses a partir do ingresso). O período em que o aluno estiver com matrícula trancada não será computado no prazo estabelecido.

8. **Dos relatórios anuais:** os alunos que recebem bolsas deverão obrigatoriamente entregar um relatório de atividades a cada doze meses ou ao encerramento da bolsa. Os relatórios deverão ser entregues à secretaria do PPG, com uma Comunicação Interna (CI). A assinatura do orientador implica a ciência e concordância do conteúdo do relatório. Os relatórios serão avaliados pela CAB a qual emitirá parecer circunstanciado deixando clara a avaliação final, podendo esta ser: aprovado, aprovado com necessidade de revisões, ou reprovado. No caso dos dois últimos pareceres, a comissão deverá estabelecer prazo para reapresentação do relatório. Caso esta reapresentação seja insatisfatória, o aluno perderá o direito à bolsa. O aluno, bem como o orientador, deverá ser informado formalmente e dar ciência do recebimento do parecer emitido pela CAB.

9. **Do estágio de docência:** os alunos bolsistas Capes devem obrigatoriamente realizar *Estágio de Docência*, independentemente do período em que receberam a bolsa. Ao final do estágio, o aluno bolsista Capes deve encaminhar à CAB o *Relatório de Atividades do Estágio de Docência*. O relatório será avaliado pela CAB num prazo de até 30 dias após data de entrega, a qual emitirá parecer circunstanciado deixando clara a avaliação final, podendo esta ser: aprovado, aprovado com necessidade de revisões, ou reprovado. No caso dos dois últimos pareceres, a comissão deverá estabelecer prazo para reapresentação do relatório. O aluno, bem como o orientador, será informado formalmente do parecer emitido pela comissão.

10. A concessão de bolsas é interrompida no mês da defesa da dissertação.

11. Além dos itens contidos nesta norma, o aluno também está sujeito às demais regras da Capes relacionadas na Portaria nº76, de 24 de abril de 2010.

12. Casos omissos ou excepcionais serão avaliados pela CAB.

Esta Norma entra em vigor em a partir da presente data.

Instituto de Tecnologia de Alimentos, 30 de maio de 2022